



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10670.722010/2011-21

**Recurso nº** Voluntário

**Resolução nº** 1302-000.227 – 3<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária

**Data** 9 de abril de 2013

**Assunto** SOBRESTAMENTO

**Recorrente** ROTAVI INDUSTRIAL LTDA

**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, resolvem, por unanimidade, sobrestrar o julgamento, nos termos do art. 62-A do RICARF.

(assinado digitalmente)

EDUARDO DE ANDRADE - Presidente.

(assinado digitalmente)

MARCIO RODRIGO FRIZZO - Relator.

EDITADO EM: 30/04/2013 Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: EDUARDO DE ANDRADE (Presidente), MARCIO RODRIGO FRIZZO, LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO, ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR, GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA.

## Relatório

ROTAVI INDUSTRIAL LTDA, já qualificada nestes autos, inconformada com o acórdão nº 12-48.733 (fls. 20390/20407), de 09/08/2012, da 3ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro I (RJ), recorrem voluntariamente a este Colegiado, objetivando a reforma do referido julgado.

Por bem descrever o ocorrido, valho-me do relatório elaborado por ocasião do julgamento do processo em primeira instância, a seguir transscrito:

*Trata-se de auto de infração lavrado por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil para exigência dos tributos, abaixo relacionados, e dos respectivos acréscimos legais (multa de ofício de 112,5% e juros de mora), totalizando o crédito tributário de R\$ 47.283.642,86.*

*Período de apuração: ano-calendário 2007 Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) ..... R\$ 12.328.112,47 Contribuição p/ o Programa de Integração Social (PIS) ..... R\$ 836.340,89 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ..... R\$ 1.389.612,63 Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social (COFINS)..... R\$ 3.860.035,11 O interessado apresentou, em relação ao ano-calendário de 2007, Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, onde se observa a opção pelo Lucro Real anual como forma de tributação do IRPJ e da CSLL.*

*No curso do procedimento fiscal, que se iniciou em 19/05/2010, a autoridade lançadora, conforme relatado no termo de constatação e na descrição dos fatos do auto de infração, onde se encontra descrito o enquadramento legal, apurou omissão de receita decorrente da falta de comprovação da origem dos créditos bancários efetuados nas contas correntes do interessado (depósito bancário de origem não comprovada).*

*O IRPJ e a CSLL foram apurados pelos critérios do lucro arbitrado, haja vista que o interessado, regularmente intimado, deixou de apresentar livros e documentos de sua escrituração (art. 530, III do Decreto nº 3.000, de 1999 RIR/99).*

*As informações bancárias foram acostadas nas fls. 118/902 e, nas fls. 933/1.023 e 1.049/1.139, foi juntada a relação individualizada dos créditos cuja comprovação da origem foi solicitada ao interessado por intermédios dos termos de intimação de fls. 924/932 e 1.024/1.032 e 1.033/1.048.*

A recorrente tomou ciência dos lançamentos por via postal em 15/12/2011 (fl. 1.187). Inconformada, a recorrente apresentou impugnação em 16/01/2012 (fs. 1.190/1.232), tendo suas alegações sintetizadas pela DRJ/RJI, nestes termos:

*Nulidade por inconsistência do auto – o lançamento deve descrever com precisão os fatores que o originaram e os seus sustentáculos, tais como o fato jurídico tributável, a respectiva infração e os valores exigidos; – ao efetuar o lançamento a autoridade lançadora deve observar o art. 10 do Decreto nº 70.235, de 1972; – “A ausência de fatores que determinem, com clareza e coerência, o direito creditório invocado pelo Fisco ocasiona erro formal ou material (a depender da omissão) do lançamento, levando, por conseguinte, a nulidade do mesmo”; Erro formal – o erro formal se configura na inconsistência da identificação, pelo Fisco, do montante tomado como base para apuração do lucro arbitrado; – a autoridade lançadora apurou a receita bruta por meio das entradas bancárias, utilizando valores que não teriam sido comprovados referente à suposta diferença entre a movimentação bancária do interessado e as receitas por ele declaradas; – embora a autoridade lançadora sustente que as movimentações financeiras somem R\$ 183.625.224,35, os documentos anexados, que serviram de base para o arbitramento, correspondem a R\$ 128.667.838,58 (fls. 1.149/1.151);*

*– deste modo, nota-se que o fisco utiliza dois valores para descrever as suposta divergência entre movimentação bancária do interessado e as receitas declaradas; – o auto de infração não é válido, pois não traz com clareza o valor relativo a incompatibilidade alegada pelo fisco, imprescindível para o contraditório e a ampla defesa do interessado; – conforme se infere da tabela comparativa da receita arbitrada pelo fiscal e a receita apurada nos livros fiscais do interessado, que segue anexa a esta defesa, verifica-se que a movimentação bancária total no período apurado foi de R\$ 128.667.838,58, que seria o valor mais correto para referir-se à apuração de movimentação financeira do interessado no ano-calendário 2007; Erro material – o objeto social do interessado volta-se à produção de ferroliga: compra minérios, produz o ferroliga e efetua a venda deste no mercado interno, bem como para empresas exportadoras – vendas equiparadas à exportação; – a autoridade lançadora não considerou ser o interessado uma empresa industrial e aplicou “a alíquota de 32%, como se prestadora de serviços fosse, quando o certo seria a alíquota de 8%, referente à operação de industrialização”; – o interessado não exerce qualquer das atividades dispostas no inciso III do art. 519 do Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/99), que ensejam a aplicação de 32% a título de presunção do lucro, sendo certo que efetua exclusivamente operações de industrialização, que podem ser verificadas também nas notas fiscais de sua emissão, acostadas em anexo a essa impugnação; – o equívoco no enquadramento legal da cobrança evidencia erro material passível de nulidade; Nulidade do procedimento fiscal – a autoridade lançadora não observou por diversas vezes o prazo de sessenta dias entre uma intimação e outra, disposto no § 2º do art. 7º do Decreto nº 70.235, de 1972; – transcorrido tal prazo sem nova intimação, verifica-se a invalidade do procedimento fiscal; – diante da violação do prazo legalmente estabelecido, há que se declarar a invalidade do procedimento fiscal, anulando-se o lançamento; Impossibilidade do arbitramento do IRPJ e da CSLL – a autoridade lançadora não considerou os arquivos digitais contendo os respectivos protocolos de validação, tal qual a escrita fiscal regular e Dacon; – o arbitramento de valores encontra seus contornos balizadores no art. 148 da Lei nº 5.172, de 1966-2 (Código Tributário Nacional), segundo o qual esse*

*procedimento é cabível quando as declarações, esclarecimentos ou os documentos produzidos pelo sujeito passivo forem insuficientes ou duvidosos;— o arbitramento só tem vez e lugar quando se verifica imprestabilidade da escrita fiscal do contribuinte ou quando esta inexistir;— “o interessado possui escrita fiscal regular, incluindo-se livros contábeis, conforme se verifica da documentação ora anexada, fato este que jamais autorizaria a utilização de arbitramento para o cálculo dos tributos em questão”;— além disso, a autoridade lançadora conhecia a receita bruta da empresa, pois teve acesso aos seus Dacons, que permitiam a obtenção de informações necessárias para o cômputo do IRPJ e da CSLL, sem que fosse necessário o arbitramento;— assim, não merece subsistir o lançamento realizado com base em arbitramento, devendo ser privilegiada a verdade material; Apuração dos valores com base no lucro real— “se fossem consideradas todas as deduções que deveriam ter sido realizadas para apuração dos tributos em tela, tomado-se por base o lucro real da Impugnante, se verificaria o valor de R\$ 1.260.779,27 (...) como supostamente devido, ou seja, exatos R\$ 46.022.863,59 a mais do que a cobrança ora imputada”, conforme planilhas constantes na impugnação (fls. 1.214/1.217);*

*— as despesas utilizadas para a composição das bases calculadas do IR encontram-se anexadas à impugnação;— aceitar que se prosperem os autos de infração nas quantias imputadas afronta a razoabilidade e ignora-se a verdade material; Inexistência de débito de Pis/Cofins— não foi considerada a existência de créditos de Pis/Cofins decorrentes da não-cumulatividade, que eram de conhecimento da autoridade lançadora, conforme consta nas Dacons entregues;— em observância ao princípio da não-cumulatividade inexiste tributo a pagar, vez que o interessado compensou os créditos ora lançados com créditos idôneos de Pis/Cofins adquiridos em etapas anteriores, os quais restaram comprovados;— as notas fiscais de entrada anexadas aos autos comprovam que os bens adquiridos pelo interessado dão direito ao respectivo crédito de Pis/Cofins, razão pela qual, os valores correspondentes, foram objeto de compensação regular;— dentre os ingressos realizados, pode-se mencionar: bens para revenda, insumos, energia elétrica, depreciação de ativo imobilizado, entre outros (art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003 e da Lei nº 10.637, de 2002);*

*— além das notas fiscais, juntam-se os livros de entrada comprovando a escrituração dos créditos em comento;— os arquivos magnéticos gerados no sistema contábil do interessado e validados pela Receita Federal do Brasil, padrão Sintegra, corroboram o sustentado;— diante da existência de créditos, configura-se devida a compensação de Pis/Cofins realizada pelo interessado, não havendo qualquer saldo devedor, razão pela qual não há que se falar em lançamento de ofício; Impossibilidade de arbitramento do Pis e Cofins— ainda que inexistisse crédito de Pis/Cofins a ser compensado, pelas mesmas razões que não pode prosperar o arbitramento do IRPJ e da CSLL, conclui-se que o mesmo procedimento para lançar de ofício os débitos referidos é dotado de atecnia; Erro na apuração de receita— para o arbitramento e cálculo dos débitos de Pis/Cofins, foi considerado como valor da receita o montante de R\$ 128.667.838,58;— ocorre que a autoridade lançadora “deixou de abater os valores referentes aos ingressos, sendo que a quantia de R\$ 18.450.969,59 refere-se, exclusivamente, a meras entradas, as quais não deveriam ser contabilizadas.”*

*– a receita comprovada de R\$ 110.216.768,99 era de conhecimento da fiscalização, tendo em vista as próprias Dacons juntadas no auto de infração;– consoante se infere das planilhas acostadas em anexo, pode-se concluir que a receita apurada pela autoridade lançadora “deixou de abater os valores correspondentes aos ingressos, não prevalecendo às exclusões/deduções necessárias”;– assim, não há como prevalecer as cobranças imputadas com base na receita de R\$ 128.667.838,58, devendo ser procedidas as devidas deduções e utilizado a receita de R\$ 110.216.768,99; Insubsistência da multa– o auto de infração imputou ao interessado a multa de 112,5% fundamentada na ausência de atendimento pelo contribuinte das intimações (art. 44, I, § 2º da Lei nº 9.430, de 1996);*

*– inexiste dolo ou fraude capazes de fundamentar o percentual mencionado, razão pela qual a multa não pode subsistir;– noutra plano, a referida multa não é cabível nas hipóteses de arbitramento de imposto por falta de documentação necessária, pois o arbitramento já é uma forma de penalidade gravosa ao interessado, o que configura duplo agravamento;– a ausência de apresentação de documentos, uma das razões do arbitramento, não pode ser igualmente utilizada para fundamentar a multa de 112,5%, diante do duplo agravamento de penalidade;– as multas impostas perfazem o montante de R\$ 20.715.863,58, aproximadamente metade do valor total do auto de infração, o que viola o princípio da proporcionalidade, da capacidade contributiva, da propriedade, do não-confisco, da continuidade do exercício das atividades da empresa, entre outros;– por fim, não pode prevalecer a incidência dos juros sobre multa aplicado no presente auto.*

*O interessado cita ementas de julgados administrativos judiciais, bem como excertos doutrinários, acosta aos autos documentação trazida com a impugnação, protesta pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos e encerra requerendo, na ordem:*

*– seja declarada a nulidade dos autos de infração;– seja afastado o arbitramento relativamente ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, apurando-se tais tributos com base nos documentos fiscais do interessado, privilegiando a verdade material;– seja corrigida a receita apurada para o arbitramento, bem como para o cálculo do Pis/Cofins, abatendo-se os valores referentes aos meros ingressos.*

A 3ª Turma da DRJ no Rio de Janeiro I / RJ manteve integralmente os lançamentos, proferindo o acórdão nº 12-48.733 (fls. 20390/20407), de 09/08/2012, com a seguinte ementa:

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL Ano-calendário:2007 NULIDADE**

*Não está inquinado de nulidade o auto de infração lavrado por autoridade competente em consonância com a legislação de regência.*

**NULIDADE. ESPONTANEIDADE.**

*A inobservância do prazo para a prorrogação válida do procedimento fiscal não dá causa à nulidade do lançamento.*

**APRESENTAÇÃO DE PROVAS.**

*A prova documental deve ser apresentada com a impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual.*

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO Ano-calendário: 2007 JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA. EFEITOS.**

*As decisões administrativas proferidas por órgão colegiado, sem lei que lhes atribua eficácia, não constituem normas complementares do Direito Tributário.*

**INTIMAÇÃO. NÃO ATENDIMENTO. MULTA DE OFÍCIO. AGRAVAMENTO.**

*O não atendimento de intimação para prestar esclarecimentos ou apresentar arquivos digitais dá causa à majoração da multa de ofício.*

**LANÇAMENTO. MULTA DE OFÍCIO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA.**

*Incidem juros de mora sobre a multa de ofício recolhida após o vencimento.*

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA IRPJ Ano-calendário: 2007 OMISSÃO DE RECEITA. DEPÓSITO BANCÁRIO.**

*Caracterizam-se como omissão de receita os valores creditados em conta de depósito ou de investimento, em relação aos quais o titular não comprove a origem dos recursos utilizados na operação.*

**PROCEDIMENTO FISCAL. LIVROS. FALTA DE APRESENTAÇÃO. ARBITRAMENTO DO LUCRO.**

*A falta de apresentação de livros contábeis e fiscais autoriza o arbitramento do lucro.*

**ARBITRAMENTO DO LUCRO. LIVROS E DOCUMENTOS. APRESENTAÇÃO POSTERIOR. CONTENCIOSO. INADMISSIBILIDADE.**

*Não produz efeitos a apresentação de livros e documentos se a ausência destes foi a causa do arbitramento impugnado.*

**ARBITRAMENTO. RECEITA OMITIDA. ATIVIDADE DIVERSIFICADA. PERCENTUAL.**

*No caso de pessoa jurídica com atividades diversificadas tributadas com base no lucro arbitrado, não sendo possível a identificação da atividade a que se refere a receita omitida, esta será adicionada àquela a que corresponder o percentual mais elevado.*

**ASSUNTO: OUTROS TRIBUTOS OU CONTRIBUIÇÕES Ano-calendário: 2007 PIS. COFINS. INCIDÊNCIA NÃO-CUMULATIVA. CRÉDITOS DE ETAPAS ANTERIORES. LUCRO ARBITRADO. INAPLICABILIDADE.**

*As normas de incidência não-cumulativa do Pis e da Cofins são inaplicáveis às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro arbitrado.*

**PIS. COFINS. CSLL. OMISSÃO DE RECEITA. TRIBUTAÇÃO REFLEXA.**

*Aplica-se ao lançamento reflexo o mesmo tratamento dispensado ao lançamento matriz, em razão da relação de causa e efeito que os vincula.*

*Impugnação Improcedente Crédito Tributário Mantido A recorrente tomou ciência da decisão de primeira instância, por via postal, em 24/08/2012 (fl. 20412), tendo interposto o presente recurso voluntário em 24/09/2012 (fs. 20415/20468), basicamente repisando as argumentações da impugnação.*

É o Relatório.

**Voto**

Conselheiro Márcio Rodrigo Frizzo, Relator.

O recurso voluntário apresentado é tempestivo e apresenta todos os requisitos de admissibilidade, então dele conheço.

Inicialmente, verifica-se que o AFRFB solicitou à recorrente que apresentasse informações referentes às movimentações bancárias.

A recorrente não apresentou informações referentes às movimentações bancárias, o que levou o AFRFB a requerer diretamente às instituições financeiras, mediante RFM (requisição de informações sobre movimentação financeira) (fls. 81/99).

Tais informações foram concedidas pelas instituições financeiras (fls. 118/902). Após, foram requisitadas explicações sobre a origem dos valores depositados. Em razão da ausência de explicações, foi lavrado auto de infração.

Vê-se, desse modo, que o AFRFB não teria arrecadado as informações necessárias para a lavratura do auto de infração caso não tivesse acesso à movimentação financeira da recorrente.

Assim, foi decisiva no desenrolar deste feito a autorização constante nos artigos 5º e 6º da Lei Complementar nº 105/2001, fundamento legal mediante o qual o AFRFB teve acesso, administrativamente, às movimentações financeiras.

No âmbito administrativo, releva observar o art. 62-A do Anexo II do Regimento Interno deste CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 256/2009 e alterações supervenientes, que transcrevo abaixo:

*Art. 62-A. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional, na sistemática prevista pelos artigos 543-B e 543-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, deverão ser reproduzidas pelos conselheiros no julgamento dos recursos no âmbito do CARF.*

*§ 1º Ficarão sobrepostos os julgamentos dos recursos sempre que o STF também sobrestrar o julgamento dos recursos extraordinários da mesma matéria, até que seja proferida decisão nos termos do art. 543-B.*

*§ 2º O sobrepostamento de que trata o § 1º será feito de ofício pelo relator ou por provocação das partes.*

Posteriormente, diante da necessidade de uniformizar os procedimentos previstos no parágrafo 1º, acima, foi publicada a Portaria CARF nº 001, de 03/01/2012, da qual destaco:

*Art. 1º. Determinar a observação dos procedimentos dispostos nesta portaria, para realização do sobrepostamento do julgamento de recursos em tramitação no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em processos referentes a matérias de sua competência em que*

*o Supremo Tribunal Federal – STF tenha determinado o sobrerestamento de Recursos Extraordinários – RE, até que tenha transitado em julgado a respectiva decisão, nos termos do art. 543-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil.*

*Parágrafo único. O procedimento de sobrerestamento de que trata o caput somente será aplicado a casos em que tiver comprovadamente sido determinado pelo Supremo Tribunal Federal – STF o sobrerestamento de processos relativos à matéria recorrida, independentemente da existência de repercussão geral reconhecida para o caso.*

*Art. 2º. Cabe ao Conselheiro Relator do processo identificar, de ofício ou por provocação das partes, o processo cujo recurso subsuma-se, em tese, à hipótese de sobrerestamento de que trata o art. 1º.*

*§ 1º. No caso da identificação se verificar antes da sessão de julgamento do processo:*

*I – o conselheiro relator deverá elaborar requerimento fundamentado ao Presidente da respectiva Turma, sugerindo o sobrerestamento do julgamento do recurso do processo;*

*II – o Presidente da Turma, com base na competência de que trata o art. 17, caput e inciso VI , do Anexo II do RICARF, determinará, por despacho:*

*a) o sobrerestamento do julgamento do recurso do processo; ou b) o julgamento do recurso na situação em que o processo se encontra.*

*§ 2º. Sendo suscitada a hipótese de sobrerestamento durante a sessão de julgamento do processo, o incidente deverá ser julgado pela Turma, que poderá:*

*I – decidir pelo sobrerestamento do processo do julgamento do recurso, mediante resolução; ou II – recusar o sobrerestamento e realizar o julgamento do recurso.*

*§ 3º. Na ocorrência de sobrerestamento, nos termos dos §§ 1º e 2º, as respectivas Secretarias de Câmara deverão receber os processos e mantê-los em caixa específica, movimentando-os para a atividade SOBRESTADO.*

Pois bem.

A matéria da qual trata este processo administrativo encontra-se sob apreciação do Supremo Tribunal Federal em diversos processos, entre os quais cumpre destacar o Recurso Extraordinário n. 601314, com a decisão que segue<sup>1</sup>:

*EMENTA: CONSTITUCIONAL. SIGILO BANCÁRIO. FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DE CONTRIBUINTES, PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, DIRETAMENTE AO FISCO, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL (LEI COMPLEMENTAR 105/2001).*

<sup>1</sup> RE-RG 601314, em 22/10/2009, DJe nº 218 Divulgação 19/11/2009 Publicação 20/11/2009, Relator Min. Ricardo Lewandowski Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 30/04/2013 por MARCIO RODRIGO FRIZZO, Assinado digitalmente em 25/05/201

3 por EDUARDO DE ANDRADE, Assinado digitalmente em 30/04/2013 por MARCIO RODRIGO FRIZZO

Impresso em 04/08/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

*POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI 10.174/2001 PARA APURAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS REFERENTES A EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE SUA VIGÊNCIA. RELEVÂNCIA JURÍDICA DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.*

*Decisão: O Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada. Não se manifestaram os Ministros Carmen Lúcia e Cezar Peluso.*

Embora reconhecida à repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal (CPC, art. 543-A), não encontro menção, no referido Recurso Extraordinário, ao sobrerestamento de recursos previsto no art. 543-B do Código.

Não obstante, em diversas outras decisões se encontram referências inequívocas ao sobrerestamento de recursos versando sobre essa matéria. Confira-se, a título exemplificativo, o Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 714757<sup>2</sup>:

*DECISÃO REPERCUSSÃO GERAL ADMITIDA – PROCESSOS VERSANDO A MATÉRIA – SIGILO - DADOS BANCÁRIOS – FISCO – AFASTAMENTO – ARTIGO 6º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2001 – BAIXA À ORIGEM. 1. Reconsidero o ato de folhas 343 a 344. 2. O Tribunal, no Recurso Extraordinário nº 601.314/SP, relator Ministro Ricardo Lewandowski, concluiu pela repercussão geral do tema relativo à constitucionalidade de o Fisco exigir informações bancárias de contribuintes mediante o procedimento administrativo previsto no artigo 6º da Lei Complementar nº 105/2001. 3. Ante o quadro, considerado o fato de o recurso veicular a mesma matéria, havendo a intimação do acórdão de origem ocorrido posteriormente à data em que iniciada a vigência do sistema da repercussão geral, bem como presente o objetivo maior do instituto – evitar que o Supremo, em prejuízo dos trabalhos, tenha o tempo tomado com questões repetidas –, determino a devolução dos autos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Faço-o com fundamento no artigo 328, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, para os efeitos do artigo 543-B do Código de Processo Civil. 4. Publiquem. Brasília, 3 de novembro de 2011. Ministro MARCO AURÉLIO Relator No mesmo sentido, decisão monocrática no RE 354393<sup>3</sup>:*

*REPERCUSSÃO GERAL. LC 105/01. CONSTITUCIONALIDADE. LEI 10.174/01. APLICAÇÃO PARA APURAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS REFERENTES A EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE SUA VIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. DEVOLUÇÃO DO PROCESSO AO TRIBUNAL DE ORIGEM (ART. 328, PARÁGRAFO ÚNICO, DO RISTF).*

*DECISÃO: O Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral da controvérsia objeto dos presentes autos – a constitucionalidade, ou não, do artigo 6º da LC 105/01, que permitiu o fornecimento de informações sobre movimentações financeiras diretamente ao Fisco, sem autorização judicial; bem como a possibilidade, ou não, da aplicação da Lei 10.174/01 para apuração de*

<sup>2</sup> DJe nº 217, divulgado em 14/11/2011. Decisão Monocrática.

Documento assinado digitalmente em 24/04/2014 por Luiz Fux. Documento assinado digitalmente em 10/10/2011. Relator Ministro Luiz Fux.

Autenticado digitalmente em 30/04/2013 por MARCIO RODRIGO FRIZZO, Assinado digitalmente em 25/05/2011

3 por EDUARDO DE ANDRADE, Assinado digitalmente em 30/04/2013 por MARCIO RODRIGO FRIZZO

Impresso em 04/08/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

*créditos tributários referentes a exercícios anteriores ao de sua vigência. Os temas serão submetidos à apreciação do Pleno desta Corte, nos autos do RE 601.314, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski.*

*O Plenário da Corte, ao apreciar a questão de ordem nos autos do RE 540.410, Relator o Ministro Cesar Peluso, DJe de 04.09.2008, decidiu estender a aplicabilidade do instituto da repercussão aos recursos interpostos contra acórdãos publicados anteriormente a 3 de maio de 2007.*

*Destarte, tendo recebido em conclusão o referido processo em 03.03.11, revejo o sobrerestamento anteriormente determinado pelo Min. Eros Grau, e, aplicando a decisão Plenária no RE n. 579.431, secundada, a posteriori pelo AI n. 503.064-AgR-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO; AI n. 811.626-AgR-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, e RE n. 513.473-ED, Rel. Min CEZAR PELUSO, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem (art. 328, parágrafo único, do RISTF c.c. artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil).*

Tenho por certo, assim:

que o presente processo administrativo trata de matéria idêntica àquela submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal, na sistemática prevista no art. 543-B do CPC;

que ainda não há decisão definitiva de mérito por parte do Supremo Tribunal Federal; e que recursos com a mesma matéria têm sido devolvidos aos Tribunais de origem, para os efeitos do art. 543-B do CPC.

Considero, pois, plenamente atendidas as condições para a aplicação do § 1º do art. 62-A do Anexo II do RICARF, anteriormente transscrito.

Ante o exposto, julgo pelo sobrerestamento do julgamento do recurso voluntário do presente processo administrativo, nos termos do art. 62-A, § 1º, do Anexo II do RICARF, c/c art. 2º, § 2º, inciso I, da Portaria CARF nº 001/2012.

(assinado digitalmente)

Márcio Rodrigo Frizzo